

Avaliações úteis, produção de evidências e processo político

Rogério Renato Silva^{1*} (Branco) , Ana Maria Carneiro² (Branca), Carolina Imura^{3,4} (Branca)

¹Pacto Organizações Regenerativas, São Paulo, SP, Brasil

²Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Campinas, SP, Brasil

³Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, Brasília, DF, Brasil

⁴Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, MG, Brasil

COMO CITAR: Silva, Rogério Renato, Carneiro, Ana Maria, & Imura, Carolina (2022). Avaliações úteis, produção de evidências e processo político. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(1), e110622. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211006>

O debate a respeito do uso das avaliações tem se tornado cada vez mais necessário. Realizado por inúmeros atores, nele estão contidas muitas posições. Sem a intenção de esgotá-las, chamamos atenção para três delas. Na perspectiva pragmática, as avaliações realizariam seu propósito se fossem capazes de produzir decisões a respeito das coisas avaliadas. Pautadas nesta ótica, as avaliações deveriam estar essencialmente balizadas pelas necessidades e demandas das pessoas em posição de decidir, e pelo momento mais oportuno de promover tais decisões. *Timing is crucial* seria um bom jargão das pessoas afeitas ao pragmatismo.

Na perspectiva metodológica, as avaliações realizariam seu propósito quando capazes de produzir a investigação mais rigorosa possível de um objeto, com base no melhor aparato científico disponível. Pautadas nesta ótica, as avaliações deveriam estar essencialmente balizadas pelo rigor metodológico, desenvolvendo-se à distância dos vieses mundanos requeridos pelos atores e as instituições. Parafraseando Leonardo da Vinci, as pessoas orientadas pelo método estariam seguras ao afirmar que *"every obstacle is destroyed through rigor"*.

Na perspectiva política, as avaliações realizariam seus propósitos quando se tornassem um explícito instrumento de intervenção no poder, seja para sua produção ou reprodução. Atuando dialogicamente entre os atores, as avaliações seriam força auxiliar dos regimes democráticos, assim colaborando para o avanço progressivo das coisas avaliadas: as instituições e os direitos. Para as pessoas adeptas a esta ótica, caberia reafirmar a frase dita por Otto von Bismarck, de que *"Politics is the art of the possible, the attainable – the art of the next best."*

Longe de esgotar as perspectivas ao redor da utilidade das avaliações, mas seguros da importância deste debate, afirmamos que os tempos atuais têm exigido que a comunidade avaliadora revise, crítica e criteriosamente, a utilidade das avaliações. E por qual razão? Pela percepção de que o tratamento das coisas de caráter, interesse ou finalidade pública requer maior atenção do que nunca. Assim pensam cientistas e ativistas atemorizados com os efeitos das mudanças climáticas, das desigualdades econômicas, do recrudescimento do fascismo, da perenidade do racismo e da emergência de uma série de catástrofes que convergem para aniquilar a vida do planeta. Se as avaliações devem atuar para fortalecer políticas e assegurar direitos, vê-se em que pontos estão os laços entre a prática avaliadora e o futuro do planeta.

Apelando, então, ao instituto da meta-avaliação, não seria oportuno que a comunidade avaliadora examinasse a utilidade das avaliações? Aos de orientação pragmática, caberia examinar em que medida as avaliações têm servido a certos grupos de poder em detrimento de outros, silenciando vozes e arrefecendo mudanças? Aos de orientação metodológica, caberia investigar o rigor enquanto encastelamento do poder avaliativo e incapacidade de servir ao direito e à sociedade? Aos de orientação política, não seria o caso de analisar o modo como dados, fatos e evidências têm sido torturados com vistas a entregarem a narrativa desejada pelos donos do poder?

Recebido: Março 03, 2022

Aceito: Março 03, 2022

***Autor correspondente:**

Rogério Renato Silva

E-mail: rogerio@pacto.site

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



Como ousamos fazer perceber, a construção do campo avaliativo brasileiro passa pela identificação e enfrentamento daquilo que se apresenta como obstáculo, armadilha e fronteira do pensamento e da prática da avaliação. Em que medida a produção avaliativa tem refletido sobre tais obstáculos, armadilhas e fronteiras é outra pergunta a perscrutar. Na medida em que atravessamos um ano eleitoral de uma democracia esgarçada em muitos dos seus limites, parece haver ao menos três coordenadas nas quais atuar com vistas a questionar a utilidade das avaliações, resistindo a sua domesticação em propaganda enganosa ou em opaco fantasma da boa ciência: honestidade intelectual, gênese histórica, boa prática conversacional.

No plano da honestidade intelectual, é necessário que avaliadoras e avaliadores estejam mais atentos ao espaço de independência com o qual desenham, realizam e publicam seus estudos. Na prática avaliativa, a independência não se confunde com o frívolo conceito da neutralidade. A não dependência requer consciência de posicionalidade para quem avalia; e precisão no uso de instrumentos, atenção à dissonância das vozes, transparência no uso dos critérios e responsividade à cultura das coisas avaliadas: sujeitos, comunidades, instituições.

No plano da gênese histórica, é necessário que as avaliações saibam reconhecer as jornadas de constituição das coisas avaliadas, sua origem, desenvolvimento e contexto, de modo a não promover exercícios de valoração que seccionem a realidade corrente de sua jornada temporal, das lutas que a conceberam, dos sentidos que adquiriram, dos obstáculos que enfrentaram e das possibilidades que realizaram ou não. Se a avaliação embarca no embate eleitoral e promove leituras dicotômicas das coisas, corre o risco de fazer desaparecer a história e atribuir a totalidade do sucesso ou do fracasso aos atores políticos; o que, o mais das vezes, não é justo.

No plano da boa prática conversacional, muito pode ser feito nas avaliações. Primeiro, ao lembrar que a formulação das perguntas que devem guiar uma avaliação requer um ambiente em que se encontrem distintas necessidades e perspectivas. No esteio do que propuseram Egon Guba e Yvonna Lincoln em seu clássico texto *Avaliação de Quarta Geração* (Guba & Lincoln, 2011), a valoração dos objetos em ambientes democráticos requer que os atores interessados reconheçam questões, preocupações e reivindicações uns dos outros, de modo negociarem os enfoques de um estudo.

Segundo, ao considerar que boas práticas de investigação, como por exemplo aquelas apontadas pelas Diretrizes para a Prática de Avaliação no Brasil (Silva et al., 2020), têm sido unânimes ao demandar que diferentes vozes e suas perspectivas sejam efetivamente integradas às avaliações. Muito além de consumidores a receber afagos, de frases exóticas a decorar a análise de discursos ou de gráficos-do-óbvio a confirmar a miséria das periferias, as avaliações têm sido exigidas a respeitar cada sujeito como co-produtor da realidade, elevando suas vozes a ponto de que as mesmas confirmem seus tons e cores ao discurso avaliativo.

Terceiro, ao reconhecer que enquanto a produção de dados e informes é uma importante tarefa avaliativa, tal tarefa não pode coisificar as avaliações em um produto final, mas conectar tais peças às arenas nas quais se dão a produção política real, como a formulação dos programas, a alocação de recursos, o desenho dos serviços, a experiência dos cidadãos, o debate eleitoral. As avaliações estão muitas vezes desenhadas para ter seu pico de energia na coleta e análise de dados, como se aí residisse sua atividade sublime. E se movêssemos o pico de energia das avaliações para os momentos de análise compartilhada e de reformulação das coisas? É neste sentido o apelo para o tônus conversacional das avaliações.

Naquilo que cabe ao papel de editores de uma publicação que trabalha para incrementar o pensamento e a prática da avaliação, cabe-nos reiterar a importância de examinar a utilidade das avaliações prescrevendo ao campo doses de seu próprio remédio: meta-avaliação. Se a honestidade intelectual de avaliadores e avaliadoras, a gênese histórica das coisas e a boa prática conversacional são coordenadas capazes de ventar adiante tal exercício, o tempo será capaz de dizer, sobretudo em sua capacidade de testemunhar a produção de manuscritos que dialoguem com o que este editorial tem de convite e apelo.

Interessados em estimular reflexões nessa direção, esperamos que as entrevistas, artigos, ensaios e experiências apresentados neste volume da Revista Brasileira de Avaliação sejam



observados na perspectiva de sua utilidade, fazendo desta observação um estímulo à formação, às práticas, aos diálogos e ao crescimento da literatura especializada. Desejamos que o chamado explícito neste editorial movimente o campo avaliativo na direção do compromisso desta revista: promover o uso das avaliações em temas de interesse público para contribuir para a garantia de direitos civis, políticos, ambientais e sociais no Brasil, o aprofundamento da democracia e o uso inteligente de recursos públicos e privados.

Fonte de financiamento

Não há.

Conflito de interesse

Não há.

Referências

- Guba, Egon, & Lincoln, Yvonna. (2011). Avaliação de quarta geração. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Silva, Rogério Renato, Joppert, Márcia Paterno, & Gasparini, Max Felipe Vianna. (Orgs.), (2020). Diretrizes para a prática de avaliação no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação.